



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAMETÁ SISTEMA DE CONTROLE
INTERNO CONTROLADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO CNPJ: 05.105.283/0001-50**

PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

Parecer nº 278/2024 – CGM

Processo nº 4730/2023

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 038/2023 - PMC

Objeto: Registro de Preços para contratação de Empresa Especializada para a Aquisição de Material de Expediente, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Cametá, suas secretarias e autarquias.

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de Parecer Final à Controladoria Geral do Município – CGM, referente à Registro de Preços para contratação de empresa especializada para aquisição de materiais de expediente, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Cametá/PA suas secretarias e autarquias.

DO CONTROLE INTERNO

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos art. 31 e 74 da CF/88 e na Lei Municipal 263/2014, e demais normas que regulam as atribuições do sistema de controle interno, referentes aos exercícios de controle prévio e concomitante dos atos de gestão e visando a orientação do administrador público, mencionamos, a seguir, os pontos anotados no curso dos exames que entendemos conveniente destacar, ainda que, por força regimental, a resposta à consulta não constitui pré-julgamento de fato ou caso concreto.

Tendo em vista que a contratação *sub examine*, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência da Controladoria, análise e manifestação.

DA ANÁLISE DO PROCESSO

A matéria é analisada conforme os preceitos da Lei nº 8.666/93 e da Lei 10.520/02. O exame dos atos realizados, demonstraram que os trâmites cumpriram as exigências legais conforme já explanado no Parecer Jurídico nº 1163/2023/PGM/PMC e Parecer Técnico nº 175/2023 - CGM/PMC. Após o último PARECER FINAL nº 248/2024 da CGM, constam:

- Publicação no portal do TCM-Pa, fls. 2027 e 2028;
- Despacho da CPL solicitando nota de empenho, fls. 2029;
- Empenho Global nº 314 e 313, fls. 2030 e 2031;
- Ofício nº 241/2024-NGAC, solicitando ao gabinete do Prefeito, contratação do quantitativo remanescente da empresa L. DO O. BRITO LTDA, fls. 2023;
- Ofício nº 694/2024 – GAB solicitando ao Prefeito Municipal contratação do quantitativo remanescente da empresa L. DO O. BRITO LTDA, fls. 2033;
- Despacho nº 863/2024 – GAB/PMC, solicitando ao Departamento de Finanças a confirmação de Disponibilidade Orçamentária e AUTORIZANDO a contratação, fls. 2034;
- Despacho da SEFIN solicitando Disponibilidade Orçamentaria ao departamento de Contabilidade, fls. 2035;
- Ofício nº 522/2024-DCONTAB, encaminhando Dotação Orçamentaria, fls. 2036 a 2038;
- Contrato Administrativo nº 57.PE.038/2023-PMC, fls. 2039 a 2049;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAMETÁ SISTEMA DE CONTROLE
INTERNO CONTROLADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO CNPJ: 05.105.283/0001-50**

- Ato de designação de Fiscal ao Contrato nº 57.PE.038/2023-PMC, fls. 2050 e 2051;
- Publicações no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado do Pará e jornal de grande circulação, fls. 2052 a 2054;
- Despacho da CPL solicitando análise e parecer final à CGM, fls. 2055.

É o relatório.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, este Controlador, após análise das etapas e procedimentos relativos ao processo licitatório *sub examine*, e ainda considerando a legalidade por meio do Parecer Jurídico nº 1163/2023/PGM/PMC, **OPINA PELA REGULARIDADE** do referido processo, encontrando-se revestido de todas as formalidades legais, estando apto a gerar despesas para a municipalidade. E orienta:

- **Que seja realizada a devida publicação no mural do TCM-Pa;**
- **Que sejam mantidas atualizadas as certidões de habilitação da empresa;**

Ademais, cite-se que a análise formulada neste parecer não tem por fim se imiscuir em questões de ordem técnica inerentes ao procedimento, limitando-se o emissor deste ato opinativo a avaliar apenas o seu aspecto de regularidade jurídica-formal. **Nesse sentido, ressalta-se que o presente processo está condicionado à apreciação e aprovação da autoridade superior.**

Outrossim, este órgão de Controle Interno está ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao **Ministério Público Estadual**, para as providências de alçada.

É o parecer a consideração superior.
Cametá/PA, 29 de outubro de 2024.